

## O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO GOVERNAMENTO DOS CORPOS DA DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: DADOS PRELIMINARES

Liziane da Silva *BARBOSA*<sup>1</sup>, Helena Venites *SARDAGNA*<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Sul; <sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Sul  
Emails: barbosalizzi@gmail.com; sardagn@terra.com.br

### Resumo:

Registrar/Inventar histórias, a partir dos dizeres de professores é um exercício que contribui para o enriquecimento acadêmico, pessoal e social. No trabalho em apresentação, pretende-se analisar como os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Região Litoral Norte do Rio Grande do Sul inventam suas estratégias pedagógicas para efetivar aprendizagens no espaço escolar. Para tanto o olhar investigativo será conduzido pelos conceitos cunhados por Michel Foucault, em especial a Governamentalidade, que nesse processo será usada como uma grade de inteligibilidade. Como ferramenta, então, o Governo Neoliberal contribui para evidenciar os discursos econômicos que incidem sobre as práticas de escolarização de crianças com deficiência. Além disso, verificar quais as concepções e governamentos são engendrados nesse espaço escolar para o corpo da deficiência, entendido aqui como parte explícita do processo investigativo que está no jogo da incidência do biopoder, mas sempre invisibilizado e tido como implícito nas invenções de governo.

### INTRODUÇÃO

Em meio ao múnus acadêmico, é preciso destacar que esta dissertação é efeito de uma criação, de uma transformação. Mais que isso, é uma nova construção de subjetividades da pesquisadora. A acadêmica da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), a professora de Ensino Fundamental da Rede Pública de Cidreira, a mulher que iniciou este projeto, já é outra, subjetivada por atravessamentos e leituras que possibilitaram uma reinvenção da pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERGS. Diante disso, a pesquisa desenhada nesse texto, também foi reinventada. Não foram os objetivos e as provocações que mudaram, mas sim os percursos. Os caminhos percorridos no desenvolver da pesquisa serviram para que as verdades, os ditos e os feitos fossem confrontados (FOUCAULT, 2014) e fossem desconstruídos no processo.

Muitas problematizações permearam o caminho que levou ao objetivo dessa pesquisa, que tem como provocação inicial a pergunta: Como os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Região Litoral Norte do Rio Grande do Sul inventam as estratégias pedagógicas que incidem sobre as pessoas com deficiência no espaço escolar? Com essa pergunta pretende-se que sejam evidenciados os governamentos engendrados nessas práticas que incidem diretamente no corpo e nas condutas dos estudantes com deficiência. Daí, emerge o objetivo de pesquisa:

Compreender e analisar como os professores de AEE criam/inventam as estratégias pedagógicas nas Salas de Recursos Multifuncional (SRMs), bem como evidenciar governamentos engendrados nessas práticas que incidem diretamente no corpo e nas condutas dos estudantes com deficiência.

A vontade de verdade estabelecida nesse movimento investigativo está associada ao primeiro modo de entender a governamentalidade, bem como as formas através das quais ela opera e incide sobre as práticas e condução de condutas dos professores do AEE, em relação

à prática pedagógica exercida por eles. Sendo assim, a governamentalidade tomada como grade de inteligibilidade precede a compreensão de “quais técnicas discursivas estão envolvidas com a criação da realidade e como são estabelecidas as operações modernas de poder-saber” (FIMYAR, 2009, p. 52). Essas operações estão presentes nos processos de normalização prescritos nas ações pedagógicas dos serviços de AEE.

É preciso considerar que esses processos de normalização, ocorrem dentro da escola tratando-se, portanto, de processos de escolarização e das práticas pedagógicas e discursivas que os conduzem. Destacam-se, nesse sentido, as discursividades que perpassam a educação como um todo. Ainda que Foucault não tenha dado enfoque à educação, esta sempre permeou suas escritas através do sujeito de suas investigações. De acordo com Gadelha (2009), o sujeito sempre esteve em destaque nas arqueologias e genealogias feitas por Foucault e, no que refere à educação, serviu como “dobradiça”, entre a educação e os achados registrados pelo autor. Dessa forma, toda a análise em educação inspirada em seus conceitos é impactante, pois rompe com um padrão de análise crítica e binária evidenciando as emergências e possíveis origens de situações vividas na contemporaneidade.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A proposição de pesquisa tem por objetivo fazer um estudo exploratório com caráter qualitativo, fazendo cruzamentos com dados quantitativos governamentais, para qualificar e enriquecer as análises, pois muitos dados demográficos coletados sistematicamente pelos Governos<sup>1</sup>, a respeito do desenvolvimento humano, contribuem para a compreensão temática. Apoiada em Foucault (1998, p. 213) procura-se, “uma dupla relação com a verdade: relação com seu próprio desejo, questionado em seu ser, e relação com o objeto de seu desejo reconhecido como ser verdadeiro”.

A pesquisa será executada seguindo quatro etapas que se complementam. São elas:

**Etapa 1:** Os participantes foram convidados a integrar um grupo virtual de conversa, onde foram provocados a conversar e descrever sobre o dia a dia no serviço de AEE.

**Etapa 2:** Dentre os participantes que aceitaram compor o grupo virtual, 6 (seis) aceitaram responder ao questionário elaborado com inspiração na técnica de livre evocação de palavras. Além deles, outros 5 (cinco) participantes também responderam ao mesmo questionário.

**Etapa 3:** Os participantes foram entrevistados sobre o tema, a partir de um roteiro orientador, organizado com base nos objetivos propostos.

**Etapa 4:** O exercício de análises dos dados coletados será realizado em um movimento de verificar quês regularidades, limites, potencialidades e recorrências emergem dos “escritos” e “ditos” dos participantes.

Após a realização das 3(três) primeiras etapas o trabalho está centrado na analítica dos dados coletados, operando com as ferramentas conceituais descritas anteriormente. O olhar é conduzido pela governamentalidade, a grade de inteligibilidade que escolhi operar.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo analítico está em fase inicial sendo possível perceber algumas categorias emergindo dos dizeres dos professores participantes. Nesse primeiro momento, escolho comentar sobre duas categorias que se evidenciam importantes: A Narrativa sobre a Deficiência: um Marcador do Corpo; e, Saberes Especializados: o (Bio)Poder da Medicina e da Psicologia.

No que refere a primeira categoria, as narrativas sobre a deficiência apontam para marcadores do corpo do sujeito com deficiência. Expressões como: “*um corpo de Estudo*”; “*Corpo Quebrado*”; “[...] *tu tem que ter pudor com teu corpo, tu não pode mostrar dessa maneira [...]*”, “*É a visão do corpo estranho[...]*”; “[...] *Uma falta de cuidado com o próprio corpo[...]*”; “*descoordenados*”, entre outras tantas. Inspirada no texto: *Biopolítica*, de Pelbart

---

<sup>1</sup>Governo no sentido de parte administrativa do Estado, quem gesta a esfera pública.

(2007), busquei problematizar esse corpo a partir de associações teóricas com as quais entendo o mundo contemporâneo.

É necessário estabelecer que, não pretendo problematizar um corpo qualquer, mas sim um corpo humano; o corpo que Foucault (2002) inscreveu como Anormal, a partir de figuras capturadas pelos dispositivos de poder, desde a Idade Média. Trata-se de criar tessituras sobre um corpo que teve sua presença negada pelo poder soberano; a existência disciplinada e institucionalizada pela modernidade; e que, a sociedade contemporânea quer negar a incapacidade/limitação (termos usados desprendidos de juízos, apenas descritores), para negar as formas disformes da impotência: o corpo da deficiência.

Pelbart convida a pensar sobre o corpo considerando a incidência de poder sobre ele; em seu texto afirma que:

[...] o poder tomou de assalto a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, e as pôs para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade. Tudo isso foi violado, invadido, colonizado; quando não diretamente expropriado pelos poderes (PELBART, 2007, p. 58).

Esses poderes, sob o imperativo de não mais abandonar o corpo disforme, capturam os corpos da deficiência em instituições normativas, submetendo-os a uma existência de superação das limitações impostas pelas deficiências. São prescritas, dessa forma, uma autonomia e mobilidade vigiada e produtiva. Tendo como objeto o movimento de subjetivação, cabe percorrer, na história contemporânea, os caminhos trilhados pelos dispositivos do biopoder para produzir e alimentar os desejos de superação dos corpos da deficiência.

Os percursos de pesquisa, aqui desenhados no contexto biopolítico da educação inclusiva e especializada, posso apontar o professor do AEE, figura que ilustra o interventor dos corpos da deficiência no ambiente escolar. Esse professor nada mais é que uma tática de subjetivação dos caminhos da superação a ser conquistada e do enforme desses corpos para atender as demandas prescritas. Tendo o mesmo professor o próprio corpo para alimentar e dele fazer exemplo. Esse apontamento é pertinente no sentido de evidenciar táticas e estratégias de governo na escola, em especial, no que refere a educação inclusiva e suas técnicas de normatividade e disciplinamento de corpos da deficiência, vistos como potências de sucesso educacional e social.

A segunda categoria se entrelaça com a discussão proposta na primeira, pois os Saberes Especializados: o (Bio)Poder da Medicina e da Psicologia estão presentes nos dizeres dos professores participantes no sentido de hierarquizar saberes, levando pra educação a incidência de outros governamentos no contexto do AEE.

Os participantes, em maioria recorrem á uma linguagem própria do saber médico, ou dos saberes da Psicologia, a saber, “Q.I.”; “anamnese”; “diagnóstico”; “apoio de fono, de psico, de neurologistas...”; “antes eles aceitavam parecer de psicólogo, agora não aceitam mais, tem que ser só de médicos...”; “Eu sempre digo que a DI é a mais difícil de ser comprovada porque demanda de médicos, de psicólogos, de tudo. Não é visível. Eu não posso questionar o que o médico diz, mas ela tem uma limitação...”.

Ao longo das transformações do pensamento e da sociedade ocidental, foram percebidos mudanças na forma como o poder incidiu sobre os corpos da deficiência. Foucault (2002) registrou a invenção de corpos da deficiência no período moderno, após a sociedade perceber a anormalidade como inconveniente a ser corrigido. Esses sujeitos passaram a ser alvo de estratégias biopolíticas, trocando a incidência de poder que captura e torna o corpo da deficiência um recluso, para ser um corpo a ser incluído na esfera social.

Essa mudança prescinde de necessidades do Capital que não quer mais manter o corpo da deficiência escondido e improdutivo. Nesse contexto, surgem fenômenos como a Institucionalização e Distribuições desses corpos.

Um dos locais de Institucionalização é a escola. É nessa instituição escola, dita inclusiva que ocorre o atendimento educacional especializado, também é nela que se evidenciam mazelas sociais, além dos processos socializadores e de aprendizagem. “Em qualquer caso, a escola foi pensada e montada como a instituição capaz de mais efetivamente executar o projeto de instaurar uma nova ordem social e de proceder à produção desse novo personagem, carregado de racionalidade e cada vez mais responsável por si mesmo” (VEIGA-NETO; LOPES, 2010, p. 7).

A nova ordem contemporânea é incluir as pessoas com deficiência e educá-las. Em oposição a isso vêm as faltas: de estrutura, de formação, de preparo, de equipamentos, de recursos e de adaptações diversas. Dentre estas faltas, estão outros fatores que constituem as vulnerabilidades, tais como: estrutura familiar, distribuição de renda, alimentação adequada, oferta de estímulos adequados e de atendimentos em saúde (BARBOSA, 2016). Esses fatores foram apontados em achados de pesquisa e colocam em evidência muitas problemáticas do funcionamento escolar em relação ao público atendido.

Os dados evidenciam que mesmo que o AEE tenha o potencial educativo e a função de suplementar a educação, os saberes médicos e da psicologia são recorrentes produzindo uma verdade que confronta as diretrizes propostas para as SRMs.

### **CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS**

Genericamente, os movimentos de entender e executar a nova ordem do dia, no que refere à inclusão, permitem apontar as problemáticas e também defender as práticas inclusivas através de estudos e pesquisas. Com isso, noções de verdade e de certo e errado são inferidas. Essas noções recaem sobre as populações na medida em que se constituem verdades acadêmicas ou científicas; tornam-se então fator de subjetivação e convencimento para que mais pessoas sejam compelidas a cumprir a ordem do dia. Nesse sentido,

A suspeita sobre o próprio pensamento e suas pretensas verdades, a dúvida constante, a crítica radical, a experimentação cuidadosa e a permanente releitura do que parece já dado e tranquilo demandam esforços, em geral, extraordinários; mas são quase sempre compensadores. Tais esforços nos premiam com entendimentos mais refinados sobre o presente e nos abrem possibilidades para o futuro (VEIGA-NETO; LOPES, 2010, p. 12).

As suspeitas do recorte acima são as que recaem sobre a "vontade de verdade e potência" (FOUCAULT, 2008) das intenções dessa pesquisa e buscam evidenciar discursos acerca das temáticas que permeiam o campo da educação, mais intimamente no que tange às práticas inclusivas produzidas e reproduzidas nas escolas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Governamentalidade, poder, corpo da deficiência, estratégias, padronização, superação, governo neoliberal, generalização, resistência e vulnerabilidade, saúde, formação, nivelamento, impossibilidade, necessidade, adaptação, entre tantas outras palavras e conceitos evidenciados nos dados coletados. Como trazer a tona essas discussões sem criar governamentos outros que invalidem a inclusão e se tornem apenas regulamentos? Os dados preliminares evidenciam conceitos e discursos que denotam a condução de condutas e governamentos no campo da educação especial, é preciso duvidar das práticas e dos saberes estabelecidos como verdades, para compreender a quem interessa os efeitos produzidos por elas.

## REFERÊNCIAS

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 35–56, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: Curso no College France (1974 - 1975)** Paulo: Martins Fontes, 2001

SARDAGNA, Helena Venites. **Práticas normalizadoras na educação especial: um estudo a partir da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo – RS (1950 a 2007)**, Novo Hamburgo: 2008.

PELBART, P. **Biopolítica**. Sala Preta, v. 7, p. 57-66, 28 nov. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320>. Acesso em: 25/11/2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In: \_\_\_\_\_. (org.) *et al.* **Crítica Pós-estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na Oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (Org.). **Foucault 80 Anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 79-91.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica**. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 1, 2010. p. 147-166.